

# A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE POPULAR – REFLEXÕES A PARTIR DO COLETIVO ORGANIZADOR DO EREGEO SUL<sup>1</sup>

Felipe da Costa Franco<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

A partir da análise sucinta sobre o *Coletivo Organizador do Eregeo Sul* (Encontro Regional de Estudantes de Geografia da Região Sul), ao qual abreviarei para *COES*, por fins práticos, intenciono discutir a *práxis* estudantil a partir do ativismo político na área de Geografia, sendo esta uma possibilidade de intervenção e aprendizado técnico/político, contribuindo tanto para a formação dos estudantes quanto para as lutas sociais emancipatórias.

O *COES* apresenta uma forma de organização que não se caracteriza como entidade estudantil, nem pretende ser representante de todos estudantes de geografia da região sul, mas pretende ser um grupo que constrói práticas conjuntas com esse público sempre de forma colaborativa/participativa, e surge a partir da necessidade de convergência de idéias e práticas dos estudantes dessa região para a superação do modelo hegemônico de sociedade e de universidade.

Este coletivo adota uma organização que parte dos debates em cada universidade e os reúne nos *COREGEOS* (Conselhos Regionais de Estudantes de Geografia da Região Sul) através de seus delegados, a partir do foco sobre a elaboração dos encontros – mas não com um fim em si próprio e nem de caráter estritamente acadêmico -, os EREGEOs, que hoje se pode dizer, é reflexo e agente direto no movimento estudantil da Geografia em nível nacional e fomentador de uma *práxis* alternativa do estudante.

O primeiro EREGEO SUL foi realizado em 1998, e foi o único até o ano de 2008, quando foram retomados os encontros. De lá para cá, passados mais ou menos três anos, e três encontros em cidades diferentes (Florianópolis/SC, Porto Alegre/RS e Ponta Grossa/PR) nota-se uma aproximação e um amadurecimento dos debates sobre movimentos sociais, movimento estudantil, função social da universidade, autogestão, trabalhos de campo e uma forte tendência a uma superação do modelo de academia produtivista e construção de práticas anticapitalistas e autônomas.

---

<sup>1</sup> Este texto é uma síntese e adaptação de outro que foi construído para reflexão interna do Coletivo Organizador do Eregeo Sul e que foi divulgado nas listas de e-mails.

<sup>2</sup> Estudante de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

## **PARA QUE(M) SERVE A TUA GEOGRAFIA/ACADEMIA?**

O acúmulo político do *COES* evidencia claramente este questionamento oportuno sobre o papel da academia e se coloca defensor da seguinte idéia: que ela contribua para a superação das contradições que evidenciem qualquer forma de opressão social, criando mecanismos que contribuam para fortalecer as economias locais, a valorização das expressões populares, a descriminalização dos movimentos sociais, a criação de tecnologias sociais, o equilíbrio ambiental, etc.

Se a universidade é o carro-chefe das inovações tecnológicas, ela não deve esquecer que cumpre um papel no desenvolvimento econômico social de nossa nação muito maior, sendo um instrumento para a emancipação social para a igualdade, democracia e respeito às diferenças, potencializadora da produção de autonomias, para combater preconceitos, etc.. Contudo, vemos que ela parece atender mais as necessidades da reprodução do capital - para o qual o saber técnico-científico exerce papel fundamental - aprimorando a técnica a favor das empresas, à lógica do lucro, das patentes e a apropriação privada do conhecimento.

Nesse sentido, a idéia não pode ser a de combater todo saber acadêmico, colocado de lado, mas sim utilizá-lo da forma conveniente para os princípios de uma universidade verdadeiramente popular. Sabe-se das limitações da estrutura acadêmica, da sua burocracia, mas não se deve menosprezar a sua influência. A universidade, sem dúvida é um dos espaços mais importantes para tomada de decisões que influi em toda a sociedade, celeiro de políticos, de gestores, de cientistas, de artistas etc. Portanto disputar a universidade, hoje, ainda é importante. A partir disso faço a pergunta: de que maneira apropriar-se da academia?

## **CONSIDERAÇÕES SOBRE ANTICAPITALISMO, AUTONOMIA E AUTOGESTÃO**

Esses conceitos, sem sombra de dúvidas, mereciam ser mais bem debatidos neste texto, para não dizer, esmiuçados. Porém, aqui farei apenas algumas considerações sobre eles, pois são conceitos que ganham força dentro do ativismo da Geografia e vem contribuindo para se (re)pensar várias questões.

Ser *anticapitalista* é considerar o modelo econômico capitalista, e toda a sua doutrina ideológica, sua organização social, que sustenta a reprodução do capital e

necessária a ele, como uma forma estúpida, violenta, antiética e parasitária das relações humanas entre si e com o meio. Hoje, somos totalmente afetados pela doutrina capitalista em todos os espaços onde estamos, desde o trabalho, passando pelo lazer, alimentação, família, e infelizmente chegando à educação e a universidade. Toda a lógica produtivista que domina as universidades brasileiras, dessa mentalidade de preparar cabeças para o mercado de trabalho, faz parte de uma necessidade de reprodução do capital. Essa lógica influencia e molda o espaço e as relações sociais, o que acaba retroalimentando de uma forma grotesca e espetacular esse processo.

O que se quer posicionando-se contra o modelo capitalista é mostrar que é possível usar o poder dos saberes dos povos em sintonia, e encontrar outra forma de lidar com o mundo, onde os povos diferentes não se agridam, onde pessoas tenham condições mínimas de saúde, educação, saneamento, e que ao mesmo tempo consigam conviver com o meio, sem vê-lo como simples objeto de consumo, mas enxergando-se dentro dele, se enxergando como a própria natureza buscando a harmonia. “O ser humano é a natureza tomando consciência de si mesma”, como dizia o geógrafo francês do século XIX, Eliséé Reclus. Mas que princípios regeriam a nossa sociedade?

Desde os primórdios da divisão social do trabalho, constituição das primeiras cidades-estado, da progressiva especialização do trabalho, nitidamente começavam a surgir as primeiras oligarquias, que detinham poder, terras, prestígio e perpetuavam isso através das gerações futuras a partir da cultura e das leis que regiam a política e que foram criadas por estes mesmos detentores de poder. Assim a desigualdade existente nas relações entre os indivíduos era, de certa forma, perpetuada na organização social e espacial. Surge o Estado, estabelecendo suas leis para “amansar” os conflitos de classe, que por sua vez só existiam por que eram dadas condições desiguais de apropriação da produção, mas também, e por conseqüência, muito importante ressaltar, pela correlação de forças políticas desiguais, geralmente favoráveis aos donos dos meios de produção.

A educação não escapa a influência da organização econômico-social. “A cada fase da sociedade corresponde uma concepção particular da educação, conforme os interesses da classe dominante” (RECLUS, 2010, p.15). Assim, a educação organizada pelo Estado, portanto, pelas elites, não poderia se estruturar de outra forma a não ser como reflexo do modelo econômico-social vigente, e com vistas, em última análise, a legitimá-lo. Essa legitimação se dá, por exemplo, pela perpetuação da cultura de delegação de poder a políticos profissionais, que são incumbidos de governar a vida dos

“cidadãos”. O resultado disso é a perpetuação da cultura autoritária, pois as decisões pousam verticalmente sobre as pessoas, são impostas sem debate, ou com meras consultas, mas nunca de forma integral, verdadeiramente participativa, democrática.

A partir desse quadro, me parece que seria importante estimular a *autonomia* econômica, social e política dos diferentes grupos sociais. A questão da autonomia (do grego, *autos*, significa por si só, e *nomós*, significa *lei* ou *território*) aplicada à sociedade e sua forma de organização, diz respeito ao quanto a *práxis* (de um indivíduo ou coletivo, comunidade) tem a ver com a sua própria vocação e necessidade, daquilo que se entende como fundamental ou importante, e não simplesmente das necessidades vindas “de cima”, das instituições do Estado, da universidade, dos partidos políticos ou da reprodução do capital por exemplo. Paulo Freire assinala que

“um esforço sempre presente à prática da autoridade coerentemente democrática é o que torna quase escrava de um sonho fundamental: o de persuadir ou convencer a liberdade de que vá se construindo consigo mesma, em si mesma, com materiais que, embora vindo de fora de si, reelaborados por ela, a sua *autonomia*”. (FREIRE, 2006, p93-94).

A autonomia tem a ver com a capacidade dos indivíduos se tornarem sujeitos sociais, exercendo sua cidadania e escolhendo conscientemente.

Quando falamos em *autogestão* pode-se estar referindo à forma como se organiza a autonomia. Seria a concepção de organização que estimula a autonomia na prática cotidiana e na política realizada, unindo as relações subjetivas entre os indivíduos com a forma de organização das ações. A ação coerentemente democrática, por isso horizontal, dialógica e sensível, ou seja, de respeito pelo outro, pela diferentes opiniões, só é possível através do empoderamento dos indivíduos e sua potencialidade de influir nas decisões tomadas. Assim é necessário que dentro das coletividades os indivíduos tenham potencial de audiência equitativa dentro do grupo que se inserem, e assim se constrói um referencial diferente das organizações hierárquicas, onde a autoridade é construída por meio de coerção física ou financeira, por exemplo, ou ainda pelo monopólio do conhecimento, enfim, por uma opressão do possuidor de algum tipo de poder.

Esses valores necessitam ser estimulados cotidianamente nas relações humanas e os movimentos e ativismos sociais emancipatórios devem ser cuidadosos com estas questões, sob risco de autoretratarem o objeto de sua crítica.

## O QUE FOI CONSTRUÍDO A PARTIR DO EREGEOS?

Primeiro, é importante ressaltar, que se construiu uma idéia interessante (sim, idéias também são construídas): é necessário chegar-se a Geografia/ciência da práxis coerente, ou seja, que teoria e prática sejam complementares. Portanto, precisa-se interagir com o espaço, trocar com ele, trocar com as pessoas, aprender com outras populações, para além da academia e do saber científico, e saber qual é a geografia delas.

Durante os EREGEOS tentou-se, a partir desta perspectiva, uma aproximação alternativa das comunidades tem sido elaborada, a partir dos trabalhos de campo do encontro. Essa ideia surge do entendimento de que estes deveriam ser momentos de inserção de forma participativa junto à sociedade, ou seja, que o contato com os lugares expanda a idéia de uma visita de observação para ser espaço de intervenção, com intenção de construir conjuntamente, na busca da superação dos problemas conjunturais e estruturais.

Ao assumir o outro ponto de vista, podemos auxiliar para que o mundo seja mais democrático e humano. Precisamos construir uma ideia de unidade entre explorados e oprimidos, mas a construção dela não pode negar as pluralidades existentes no seio da classe oprimida, seus diversos interesses, seus tempos diferentes, e aprender a agir dentro disso seriam materializar a ideia de unidade na diversidade. Tem uma frase que ouvi de uma das integrantes do *COES* que me marcou: “precisamos aprender a Geografia dos outros”. Isto traz justamente a idéia de que existem diversas geografias, diversas formas de conhecimento, e não apenas uma como o sistema estabelecido quer fazer crer.

Existem diversas formas de enxergar a existência humana no mundo, de se relacionar. Se nós pretendemos ser revolucionários, precisamos aprender a respeitar todas essas formas, para com elas construir um mundo menos opressor. A transformação é o processo, feito com as pessoas e respeitando-se seus pontos de vista. Acho que isso casa com a idéia trazida por Paulo Freire, que diz que os saberes não são mais ou menos importantes entre si, e se queremos ser realmente promover a emancipação social, temos que respeitar os diferentes saberes.

Um debate muitas vezes desconsiderado pelos movimentos sociais é a forma como se dá a associação dos indivíduos dentro do coletivo. No caso do *COES*, a forma como se dão as relações pessoais são grandes potencializadoras da construção e da articulação política que ocorrem. O processo de construção, feito de uma perspectiva horizontal,

onde há um profundo respeito pelos companheiros de grupo, é importante para a perpetuação da articulação em nível regional, pois há uma união mais sólida por que não depende integralmente das concordâncias entre os membros e os subgrupos, pelo contrário, estimula uma troca mais franca, sincera e pessoalmente saudável, buscando o diálogo sempre, e evitando promoções pessoais. Reclus elucida esta questão sobre os estudantes:

As conversações sérias com os camaradas de estudo, buscadores de verdade como ele, elevarão e refinarão seu espírito, suavizarão-no em todos exercícios do pensamento, dar-lhe-ão a firmeza e a sagacidade, enriquecerão ao infinito o livro de seu cérebro, e ensinar-lhe-ão a manejá-lo com perfeita facilidade. (RECLUS, 2010, p39).

Assim,

[...] a ciência não sendo mais um privilégio, um “sacerdócio” exercido por alguns, ele terá por colegas e por iniciadores parciais, todos aqueles que, no mundo douto, nas universidades ou alhures, realizam estudos paralelos. (IDEM).

## **ALGUNS EXEMPLOS DE ATUAÇÃO ESTUDANTIL AUTÔNOMA NA GEOGRAFIA SUL BRASILEIRA**

Algumas práticas estudantis autônomas e de caráter de extensão existem e precisam ser valorizados e aprofundados. Vou falar um pouco sobre alguns projetos, mas vou me ater mais aos projetos vindos de estudantes de geografia da UFRGS por ser onde eu convivo, ou seja, minha aldeia. Apesar disso tentarei pincelar alguns projetos realizados em outras aldeias que acabamos tendo conhecimento via justamente os encontros que participamos e pelas nossas relações extra-políticas, ou seja, nossas relações de amizade mesmo.

Desde a semana acadêmica do DAGE - Diretório Acadêmico da Geografia da UFRGS - em 2008, cujo tema foi “*geografando de verdade: geografia também fora da universidade*”, houve um momento de explosão participativa, onde muitas estudantes de graduação da Geografia se inseriram no processo de construção de um diretório acadêmico crítico, mas também prático. No III EREGEO SUL (2009) as idéias da Semana Acadêmica foram consolidadas; os campos, os debates, tudo confluuiu para um caminho de superação do formato quadrado, enlatado, pra não dizer “(en)lattesado” dos encontros convencionais.

Logo depois, em 2010, veio o Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) para Porto Alegre. Este encontro é construído a partir da Associação de Geógrafos Brasileiros, que

até o início dos anos 70 era caracterizada como uma associação de pesquisadores. Mas no final dos anos 70 (1978), na reunião anual realizada em Fortaleza, Ceará, estimulada pelo crescimento do movimento estudantil brasileiro, passou por uma renovação de sua perspectiva organizacional, que se refletiu no processo de reformulação de seu estatuto que a tornou uma associação mais integrada à luta pelos direitos humanos e ao debate político e democrático da sociedade<sup>3</sup>.

Um exemplo da importância da AGB para construção de uma universidade popular e de sua capacidade de influência foi à construção de uma política do Grupo de Trabalho de Reforma Urbana da AGB Nacional, manifestada na elaboração de um documento de intenção, onde foi encaminhada e consolidada a proposta de construção de Grupos/Coletivos que atuassem em caráter de conjuntura por meio de performances e intervenções, bem como estruturalmente, em forma de oficinas, artigos e debates, na temática da Reforma Urbana. Esses grupos/coletivos teriam então o caráter de escola<sup>4</sup>.

O Coletivo de Apoio a Reforma Urbana – CARU– “grupo de pesquisa-ação comprometido com a construção de uma ferramenta para a ampliação do diálogo e da visão crítica da construção da cultura urbana da cidade de Porto Alegre, assim como o apoio à emancipação das representações de expressão popular e dos movimentos sociais<sup>5</sup>, umbilicalmente ligado ao GT de Reforma Urbana da AGB e ao GT de Campo/Cidade da AGB Porto Alegre, nasce de todo esse processo, desde a construção dos EREGEOS de “Floripa”, Porto Alegre, dos Encontros Estaduais de Geografia do RS, das Semanas Acadêmicas do DAGE, enfim, de todo esse processo de práxis anticapitalistas, autogestionárias e autônomas que vinha sendo fomentada, buscando uma postura que entendesse a teoria e a prática como indissociáveis.

Assim o CARU, em parceria com outro coletivo estudantil, o GAJUP – Grupo de Assessoria Justiça Popular - construiu uma importante atuação de contraponto ao projeto de reassentamento da Vila Chocolate em Porto Alegre coordenado pela Prefeitura, intervindo diretamente em ações institucionais via Poder Público, e, acima de tudo, trabalhando diretamente com a comunidade atingida pelo processo de remoção,

---

<sup>3</sup> Informações retiradas de: <http://www.agb.org.br>

<sup>4</sup> O documento pode ser acessado pelo seguinte link:  
[http://www.agb.org.br/documentos/gt\\_urbana\\_relatorio\\_2010.pdf](http://www.agb.org.br/documentos/gt_urbana_relatorio_2010.pdf)

<sup>5</sup> Retirado do sítio eletrônico: <http://carucoletivo.wordpress.com/caru/>

sempre trabalhando com perspectiva de fomento a emancipação e autonomia da Comunidade<sup>6</sup>. Assim o CARU pretende se estabelecer como um grupo de extensão ligado a universidade fomentando a práxis estudantil emancipatória e autônoma.

Com certeza existem outras atuações estudantis importantes, tanto dentro de espaços acadêmicos quanto fora do campo institucional da academia. Na Geografia, um exemplo são as atuações de estudantes nos cursos pré-vestibulares populares, onde muitos lecionam, adquirindo prática em docência e colaborando para o ingresso das pessoas de baixa renda na Universidade e instigando ações afirmativas.

Em outros lugares fora da UFRGS sei que existe pelo menos um projeto interessante na UFSC, que é uma conquista dos movimentos sociais do campo que acabou sendo encampado pela universidade, e onde atuam alguns estudantes de geografia. Trata-se do PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), e tem a missão de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados. Atua como instrumento de democratização do conhecimento no campo, ao propor e apoiar projetos de educação que utilizam metodologias voltadas para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária<sup>7</sup>.

Sei também que no Paraná, em Ponta Grossa, na Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG-, existe um trabalho com a área de extensão universitária, com parcerias entre professores e alunos, no campo da economia solidária, onde alguns alunos da Geografia participam. Trata-se da Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESOL -, que no último EREGEO SUL, em Ponta Grossa, foi apresentada e debatida as alternativas de renda sustentáveis que tem se buscado conjuntamente com uma das comunidades envolvidas.

### **PARA NÃO CONCLUIR...**

Com certeza há de haver outros projetos interessantíssimos que envolvem práxis estudantil em geografia e em outras áreas do conhecimento. Resta para os estudantes posicionados contra o produtivismo acadêmico, contra as políticas mercadológicas da

---

<sup>6</sup> Mais informações sobre a atuação do CARU/AGB-PA e sua rede de parceiros no blog: <http://viladochocolatao.blogspot.com/>.

<sup>7</sup> Informações retiradas de: <http://www.incra.gov.br>



universidade e a favor das classes populares, da democracia e da construção de uma sociedade mais solidária e ética, construir seus próprios espaços de atuação, para que se possam desenvolver ações que disputem um projeto de sociedade mais condizente com seus anseios.

Tenho fortes tendências a acreditar que o trabalho a partir das concepções de autonomia e autogestão pode resguardar os coletivos estudantis e os movimentos sociais emancipatórios em cair nos vícios do autoritarismo burguês e/ou de Estado que ainda ecoam por aí. É necessário adotar uma postura democrática, dentro e fora da universidade, independente de interesses de indivíduos, coletivos ou partidos exógenos as próprias necessidades elaboradas ou reelaboradas dentro de um determinado coletivo estudantil e, assim, pensarmos como podemos realizar a aproximação dos estudantes com as lutas sociais emancipatórias e produzir ações condizentes com objetivos genuinamente revolucionários.

Em nosso mundo infelizmente ainda imperam os interesses dos que mantêm a ferro e fogo a imposição do sistema de miséria, não só de passar fome, como grande parte da população mundial sabe muito bem como é, não só de condições sanitárias básicas, de moradia, de transporte, que são faltas que advém da miséria mais clássica do nosso tempo, fruto do processo capitalista, mas também a miséria da ética, da submissão cultural, da perda de nossa relação com o lugar, da insanidade mental, da depressão, do stress, da violência contra a mulher, contra as crianças, contra os idosos, contra os negros e pardos, contra os povos autóctones, contra os (homo/bi/trans)sexuais enfim, todas as formas de violência que advém da intolerância, da indiferença e da imposição de um consenso: o progresso científico/tecnológico a qualquer custo.

A ideologia do progresso e da ordem capitalista tem sido a base de quase todos tipos de violência. O positivismo da ordem e do progresso é a desculpa para que direitos humanos sejam desrespeitados; para que áreas naturais e/ou culturalmente harmonizadas sejam desarmonizadas e/ou consumidas desenfreadamente pelo agronegócio; para que as empresas utilizem a terra para produzir lucro e não tenham respeito com as necessidades das populações camponesas, poluindo solos e rios; para que comunidades de cidades sejam removidas de áreas onde vivem há tantos e tantos anos para atender necessidades de fluxos de capital e “higienização” da cidade; e tantos e tantos outros exemplos de violências concretas ou simbólicas que para a nossa população muitas vezes não é dado sequer as condições e o direito de se organizar de

forma ampla para refleti-los e combatê-los, e por isso muitas vezes gera preconceitos dentro das mesmas pessoas que sofrem com as mazelas do sistema.

É momento, mais do que nunca, de se grafar no espaço nossos ideais, de tomar para si, cada um, a responsabilidade de entrar em sintonia com o planeta, com o nosso lado mais humano, e mais rebelde. As universidades podem ser um instrumento para isso, mas nunca um fim em si.

Este texto, sem a pretensão de ser uma análise da totalidade do processo, pode ser uma forma de aprofundar o DIÁLOGO sobre este tema tão caro a nós, podendo tornar-se referência de críticas feitas por pessoas interessadas no assunto e que tem outras visões sobre ele, podendo fazer questionamentos, a partir do que foi colocado aqui e quem sabe (quem dera) escrevessem outros textos para que (quem dera mais ainda) pudéssemos fazer mais publicações sobre movimento/práxis estudantil e sobre o papel das universidades no contexto atual.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

RECLUS, Élisée. *O Homem e a Terra: Educação*. São Paulo: Imaginário, 2010.